

## ESTUDOS CULTURAIS E A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA VELHICE

**Jenny Sousa**  
Instituto Politécnico de Leiria  
Universidade de Aveiro  
Universidade do Minho

### Introdução

Pensar e estudar a velhice contemporânea coloca o investigador perante um exercício complexo, uma vez que se exige uma abordagem interdisciplinar do fenómeno em causa. O desafio de compreender a vida, que envolve o relacionamento com as perdas, connosco próprios e com o tempo, obriga a uma postura intrinsecamente ligada à praxis vivencial, enquadrada numa moldura teórica que remeta para o questionamento constante destas interações. Neste exercício, de conhecimento da vida, a análise do cultural emerge, obrigatoriamente, como uma prioridade. Com efeito, sem a cultura, falta uma dimensão central do entendimento da velhice e dos fenómenos a ela associados.

Apoiando-nos na premissa de que a cultura é forma de dar e tomar significados propomo-nos pensar, ao longo das páginas seguintes, a temática da identidade na velhice contemporânea, tomando como pano de fundo os Estudos Culturais. De uma forma mais concreta, pretendemos mostrar que a moldura teórica dos Estudos Culturais é um enquadramento privilegiado quando se pretende conhecer a construção de sentidos e de significados que as pessoas idosas institucionalizadas atribuem à finitude, ao ato de reelaborar a perda emocional profunda, em rigor, à (re)construção da sua identidade.

Assim sendo, iremos, num primeiro momento, tecer algumas considerações teóricas em torno dos Estudos Culturais, abordando com particular interesse as suas características e aspetos constitutivos. Lançaremos, também, um breve olhar retrospectivo à origem e ao percurso histórico realizado pelos Cultural Studies. Num segundo momento, iremos discutir a importância do aporte teórico-metodológico dos Estudos Culturais na pesquisa e análise da temática da (re)construção da identidade em idade avançada em contextos de institucionalização. Por fim, tecem-se algumas conclusões à luz do que foi discutido anteriormente.

### 2. Breve abordagem teórica aos Estudos Culturais

Antes de mais, gostaríamos de salientar que os Estudos Culturais não se reduzem a um corpo monolítico de teorias e métodos (Storey, 1996). Com efeito, os Cultural Studies são um campo de pesquisas que focam o seu interesse na diversidade dentro de cada cultura e sobre as diferentes culturas, na sua multiplicidade e complexidade. Por isso, dão especial atenção à elaboração de

significados culturais e representações coletivas na sociedade contemporânea.

Assim, e tal como explica Sanches, os Estudos Culturais “não se definem por um método exclusivo, um objeto de estudo próprio, mas pela diversidade das abordagens e dos temas” (1999, p. 194). Ou seja, os Estudos Culturais são antes detentores de um carácter

intrinsecamente paradoxal, objeto de discussão e incerteza. Caraterizando-se por uma forte presença académica nos discursos intelectuais, revela discórdias internas profundas em relação a praticamente tudo: sobre para que serve, a quem servem os seus resultados, que teorias produz e utiliza, que métodos e objetos de estudo lhe são adequados, quais os seus limites, etc. (Baptista, 2009, p. 17).

Para este carácter paradoxal concorrem o questionamento das certezas disciplinares, a recusa de uma metodologia única, sobrepondo-se um conjunto diversificado de formações e de diferentes conjunturas. Efetivamente, os Estudos Culturais, sendo-lhes inerente a diversidade, compõe uma linha de investigação com discursos múltiplos e histórias numerosas e distintas (Hall, 2003).

O próprio corpo teórico dos Estudos Culturais foi, e continua a ser, afetado por várias correntes, das quais se destacam o estruturalismo, o marxismo, o feminismo e, a psicanálise, entre outras. Para além disso, os Cultural Studies constituem um campo de estudos intrinsecamente interdisciplinares, que envolvem diversas disciplinas, tais como a história, a filosofia, a sociologia, a etnografia e, a psicologia, entre outras. Na realidade, aos Estudos Culturais confluem investigações e investigadores muito distintos que, com formações diversas, promovem discursos múltiplos e histórias diferenciadas, abarcando uma variedade de trabalhos e de percursos (Baptista, 2009; Hall, 2003). Salienta-se, destarte, o conceito de articulação, possivelmente, um dos mais generativos nos Estudos Culturais contemporâneos (Slack, 1996).

Os Cultural Studies não possuem a especificidade de um objeto de estudo, espartilhado em fronteiras rigorosamente definidas. Assumem, pelo contrário, uma variedade de formas, com uma constituição diversa e heterogénea (Stratton e Ang, 1996). A este propósito, explica Stuart Hall que, para além das diferentes trajetórias que estão no âmago dos estudos culturais, existe também um “número de metodologias e posicionamentos teóricos bastante diferentes, todos em contenção uns com os outros” (2003, p. 201).

Estamos, pois, perante uma área de estudo interdisciplinar em mudança constante ao nível dos interesses e dos métodos. Estes dois aspetos estão, permanentemente, interligados com o seu contexto histórico e assumem (tal como fizeram ao longo da sua história) a sua força em argumentos contra os

“meta-discursos” (During, 1993). Na realidade, os Estudos Culturais deslocam-se para além dos discursos teóricos e assentam numa “reivindicação ‘antidisciplinar’ que se traduz por uma extinção generalizada das fronteiras” (Mattelart e Neveu, 2006, p. 85).

É, então, um projeto com um fim em aberto que recusa ser o discurso principal ou o metadiscurso de qualquer tipo, e que, segundo Strattom e Ang, acaba com os efeitos de circunscrição ligados à hiperespecialização: “de vez em quando é-nos dito que os estudos culturais são uma empresa interdisciplinar, até anti-disciplinar ou transdisciplinar” (1996, p. 361). No seguimento do exposto, questionam os autores:

o termo disciplina designa, igualmente, seriedade, controlo, respeito pelas regras. Como poderemos rejeitar as disciplinas – no sentido das especialidades – sem nos libertarmos simultaneamente da disciplina – no sentido de rigor no trabalho e nos métodos – que pode constituir a sua face positiva? (Strattom e Ang, 1996, p. 9).

Stuart Hall explica:

apesar do projeto dos estudos culturais se caracterizar pela abertura não se pode reduzir a um pluralismo simplista. Sim, recusa-se a ser uma grande narrativa ou um meta-discurso de qualquer espécie. Sim, consiste num projeto aberto ao desconhecido, ao que não se consegue ainda nomear. Todavia, demonstra vontade em conectar-se; têm interesse nas suas escolhas (2003, p. 201).

Com efeito, se, por um lado, reconhecemos que a demarcação restrita do campo teórico dos Cultural Studies é extremamente difícil de realizar, por outro lado, admitimos que existem traços distintivos no que respeita ao trabalho desenvolvido dentro deste campo de estudos (Baptista, 2009).

Assim, apesar da grande diversidade que caracteriza este campo de estudos, e, provavelmente, muito devido a ela, a complexidade é uma característica central dos Estudos Culturais: complexidade do fenómeno cultural, do conhecimento e da própria forma de fazer investigação.

Uma outra característica distintiva prende-se com o seu sentido político. Na verdade, os Cultural Studies são um projeto académico e uma intervenção teórica coerente que se envolve em pedagogias que se apoiam na implicação ativa de indivíduos e grupos no compromisso com a comunidade (Baptista, 2009; Hall, 2003).

Com efeito, a grande marca da diferença dos Estudos Culturais reside no comprometimento político, na opção por um envolvimento com a polis, no

empenho em transformar as relações de dominação e de soberania. Assim, o saber construído no campo dos Cultural Studies não é olhado de forma inócua, pelo contrário, é utilizado de forma instrumental, numa nítida intervenção na esfera política e social:

isso define os Estudos Culturais como projeto. [...] não apenas devido ao seu desenvolvimento interno teórico, por vezes estonteante, mas por manter questões políticas e teóricas numa tensão não resolvida e permanente. Os Estudos Culturais permitem que essas questões se irrirem, se perturbem e se incomodem reciprocamente, sem insistir numa clausura teórica final (Hall, 2003, p. 213).

Na realidade, os Estudos Culturais, enquanto investigação dos processos de produção sociocultural, apostam na reflexão e na crítica, convertendo-as em instrumentos que auxiliam os grupos no conhecimento de si próprios, conhecimento este que transcende o universo académico.

Façamos, agora, uma viagem até à origem dos Estudos Culturais como forma de conhecermos melhor este projeto que ainda encontra dificuldades em delimitar-se.

Tomemos como ponto de partida os escritos de Mattelart e Neveu (2006). Segundo estes autores, os antecedentes dos Cultural Studies remontam ao século XIX, a uma Inglaterra industrial avessa aos esquemas teóricos mas que assistiu

ao desenvolvimento de um debate original sobre a cultura, pensada como instrumento de reorganização de uma sociedade abalada pelo mecanicismo, de ‘civilização’ dos grupos sociais emergentes, enquanto alicerce de uma consciência nacional. Este debate, que na época encontra equivalente no mundo intelectual da maioria dos países europeus, dará origem a um empreendimento original, no fim da Segunda Guerra Mundial (2006, p. 8).

Tal como explicam os autores citados, a cultura e o cultural estão no cerne dos Estudos Culturais. De facto, como destaca Stuart Hall (2003), a cultura é o local de convergência dos Cultural Studies, um conceito central em torno do qual emergem e se unificam preocupações e conceitos, por ser, ao mesmo tempo,

os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses ‘entendimentos’ são expressos e nos quais estão incorporados (2003, p. 142).

Ora, é este sentido de crítica e de transformação social e política que está na génese dos Cultural Studies. Como reconhece Simon During (1993), dois aspetos caracterizavam os Estudos Culturais quando surgiram na Grã-Bretanha, em 1950: a subjetividade – uma vez que a cultura era estudada em relação às vidas individuais, rompendo com o positivismo científico social ou o objetivismo – e a forma comprometida de análise.

O objeto de estudo dos Estudos Culturais não é a cultura definida no seu sentido estrito, como os objetos de excelência estética ou como um processo de estética, mas como textos e práticas da vida diária (Storey, 1996). Os Cultural Studies surgem, na verdade, da operacionalização de um conceito alargado de cultura e da extensão do seu significado; a cultura enquanto praxis que dá sentido de ação e as práticas culturais como formas materiais e simbólicas, de mediação política e de prática social de poder (Dias, 2011; Escosteguy, s/d; Hoggart, 1975).

Neste sentido, o nascimento dos Estudos Culturais está associado a uma nova perspetiva da cultura e, tal como alerta Stuart Hall (2003), o mais importante são as ruturas significativas que quebram com velhas correntes de pensamento e que originam novas produções intelectuais e novas formas de trabalho para a existência.

Destarte, na génese dos Estudos Culturais está o trabalho daqueles que apresentaram novas leituras da sociedade: de Raymond Williams, especialmente após a obra *Culture and Society: 1780 – 1950*, em 1958, da obra *Uses of Literacy* (1958), de Richard Hoggart, e da obra de E.P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (1963). Na realidade, “as leituras da sociedade apresentadas por Hoggart, Williams e Thompson iniciam, de certa forma, o debate sobre cultura, ou seja, um espaço híbrido de formação de noções culturais para responder às questões postas pela sociedade” (Dias, 2011, p. 159).

O trabalho levado a cabo pelo trio de fundadores ficou mais enriquecido quando a estes se juntou um quarto homem: Stuart Hall. Segundo Mattelart e Neveu, os *founding fathers*

são também os construtores de redes que tornam possível a consolidação de novas problemáticas, como encarnações de dinâmicas sociais que afetam vastas frações das gerações nascidas entre finais dos anos 30 e meados dos anos 50 do século XX (2006, p. 28).

Para a institucionalização deste campo de estudos foi crucial o CCCS (Centre for Contemporary Cultural Studies), fundado por Richard Hoggart, em 1964. Com efeito, este centro teve um papel fundamental na consolidação dos Estudos Culturais ao tomar como principal eixo de observação “as relações entre a

cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como as suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (Escosteguy, s/d, p. 1).

Em linha com o exposto, explica, ainda, Maria Manuel Baptista,

inicialmente, a atividade do CCCS consistia em promover a cooperação entre as diversas áreas do conhecimento, procurando estimular a investigação em interdisciplinaridade, ao mesmo tempo que enfatizava a necessidade e importância de uma ligação prioritária a temas da atualidade. Para além disso, procurava, em primeiro lugar, dirigir a sua atenção para o estudo das classes trabalhadoras, das culturas de juventude, das mulheres, da feminilidade, da raça e etnicidade, das políticas culturais da língua e dos media, entre muitos outros. O que poderemos sublinhar de interesse comum entre estes objetos de investigação é o facto de todos os estudos procurarem revelar os discursos marginais, não-oficiais, ou daqueles que propriamente não têm voz (2009, p. 21).

Este último aspeto é também mencionado por Steele (1997), quando o autor defende que o projeto dos Estudos Culturais emerge do estudo dos temas marginais e enquanto experimentação da interdisciplinaridade e do compromisso político.

Assim, aquilo que era, no início, um foco marginal de investigação, apoiada pelo mundo universitário e pelas redes da nova esquerda britânica, conhece

a partir dos anos oitenta, um desenvolvimento considerável, ao contemplar componentes culturais ligadas ao ‘género’, à sexualidade, à ‘eticidade’, ao pós-colonialismo, às práticas de consumo, e também aos novos dispositivos e práticas tecnológicas (Martins, 2010, p. 272).

Na realidade, a dinâmica da investigação levou à integração de novos objetos de estudo e os trabalhos alastraram-se, preponderantemente, a nível temático, abarcando matérias e assuntos até então tratados por diversas ciências sociais e humanas. O trabalho intelectual produzido pelos Cultural Studies tornou-se internacionalmente conhecido, atravessando não só os limites disciplinares, mas, também, os limites geográfico-culturais (Strattom e Ang, 1996).

Com efeito, a influência dos Cultural Studies difundiu-se, os respetivos polos redistribuíram-se: “o impulso e a inspiração da investigação em Estudos Culturais espalharam-se por todo o mundo, tornando-se uma área de estudos transnacional, da Suécia e Alemanha até à Austrália e ao Quênia” (Baptista, 2009, p. 20). Na verdade, e tal como explicam Armand Mattelart e Érik Neveu,

todos os países possuem agora departamentos ou ensino dos Cultural Studies. Os manuais, os livros e as revistas multiplicam-se, bem como os objetos estudados. No Outono de 2002, um motor



de busca permitia encontrar, na Web, cerca de dois milhões e meio de referências distintas a partir do termo (2006, p. 73).

Ainda segundo os mesmos autores, se a gênese dos Estudos Culturais ficou marcada pelo estudo de temas esquecidos ou desprezados, e a sua expansão parece assentar numa reivindicação “antidisciplinar” que ultrapassa limites disciplinares e que se apresenta mais “como uma prática intelectual dispersa” (Baptista, 2009: 20). Assim, em pleno século XXI, os Cultural Studies tomam

como nova inspiração a revalorização do sujeito, o consumo dos media, a aceleração mundial de bens culturais, as culturas do ecrã, a mundialização dos riscos ecológicos e ambientais, a assunção da solidariedade coletiva tendo em vista a segurança global, as consequências sociais e culturais das biotecnologias, e alargam o seu território aos públicos de televisão, cinema e teatro, à moda, às identidades sexuais e às identidades étnicas, aos jogos eletrónicos, aos museus, ao turismo e às férias (Martins, 2010, p. 272).

Na realidade, explica ainda o autor, a unidade de análise deixa de se cingir à classe social, que é cada vez mais substituída por outros aspetos como a escolaridade, o género, a idade e as identidades. São, pois, estas duas últimas temáticas que nos interessam particularmente. O campo da identidade, da (re) construção de quem de si próprio quando se chega a uma idade avançada e se perde aquele(a) que era parte estruturante do eu. Interessa-nos, em boa verdade, “estudar aspetos culturais da sociedade, isto é, [a] tomar a cultura como prática central da sociedade” (Baptista, 2009, p. 21).

Gostaríamos de terminar, salientando o seguinte: existem diferentes pontos de partida para definir Estudos Culturais. Podem ser definidos nas suas relações com as disciplinas académicas, ou seja, na interdisciplinaridade. Podem ser definidos a partir da multiplicidade dos seus objetos de estudo e/ou podem destacar-se pela sua ação política. Contudo, o que é sempre uma constante é que a cultura é o terreno onde tudo se desenvolve.

## 2. Pensar a reconstrução da autoidentidade das pessoas idosas institucionalizadas desde a perspetiva dos Estudos Culturais

**A**nalisar a construção de sentidos e de significados que as pessoas idosas institucionalizadas fazem relativamente à finitude, ao ato de reelaborar a perda emocional profunda e à (re)construção da identidade implica tomar como objeto de estudo “os discursos marginais, não-oficiais” (Baptista, 2009, p. 21) contemporâneos.

Com efeito, tomando como pano de fundo o quadro teórico dos Estudos

Culturais percebemos que, embora não alheias ao condicionamento social, a cultura e as mundividências culturais afetam, de forma decisiva, o modo como a (re)construção da identidade decorre na quotidianidade das instituições de acolhimento para pessoas idosas.

Assim, abordar esta temática implica, inevitavelmente, levar a cabo cruzamentos entre temas aparentemente diversos, porque falar da pessoa idosa e da (re)construção identitária após uma perda emocional profunda requer uma abordagem holística e uma visão de totalidade, onde a questão cultural se eleva como pilar aglutinador.

Em linha com o exposto, analisar a (re)construção identitária tendo por base a perspetiva dos Cultural Studies implica a ultrapassagem de análises culturais redutoras e um olhar politicamente empenhado no conhecimento das representações dos sujeitos idosos institucionalizados quanto à forma contemporânea de adaptação à perda. Neste processo, tomam especial atenção os significados, as crenças e a atribuição de sentido às diferentes realidades e contextos.

Assim, através de um estudo interdisciplinar, ou, como propõe Maria Manuel Baptista (2009), pós-disciplinar, estamos, na verdade, envolvidos num processo dinâmico e múltiplo, que compreende mudanças não só nos papéis sociais dentro de uma formação sociocultural, mas, sobretudo, a forma como os sujeitos se entendem, se representam e se (re)constroem.

Estamos, acima de tudo, perante uma forma de agir e uma forma de compreender e conhecer que não é inócua. Na realidade, enquanto investigadores em Estudos Culturais orienta-nos, inevitavelmente, a postura do compromisso cívico e político, de envolvimento com a polis, a construção de um projeto crítico, atento aos desafios sociais e políticos do cultural na velhice contemporânea.

## Conclusão

À luz do que foi discutido ao longo deste texto, gostaríamos de terminar, salientando que o estudo da temática da (re)construção identitária das pessoas idosas institucionalizadas contribui para o dinamismo das investigações realizadas no âmbito dos Estudos Culturais, uma vez que concorre para um melhor e mais aprofundado conhecimento da cultura contemporânea, articulando “inquietações simultaneamente teóricas e preocupações concretas com a polis” (Baptista, 2009, p. 19), onde a teoria se destaca com potencial de intervenção.

Assumindo a índole comprometida, cívica e politicamente dos Cultural Studies, investigar esta temática é, antes de mais, preocuparmo-nos com a compreensão da sociabilidade quotidiana de um grupo que pela sua idade e condições



socioculturais se vê afastado pela e da sociedade, prestando atenção aos contextos sociais e às práticas culturais de adaptação à perda e de (re)construção de sentidos, convencidos de que a análise do cultural é cada vez mais uma prioridade no mundo atual.

## Referências

- BAPTISTA, M. M. (2009). “Estudos Culturais: O quê e o como da investigação”, in BAPTISTA, Maria Manuel (ed.), *Cultura – Metodologias e Investigação*. Aveiro: Ver o Verso, pp. 17-28.
- DIAS, A. (2011). *Dos Estudos Culturais ao novo conceito de identidade*. Itabaiana: Gepiadde. 5(9), pp. 151-166.
- DURING, S. (1993). “Introduction”, in DURING, Simon (Ed.), *The Cultural Studies – Reader*. London: Routledge, pp. 1-25.
- ESCOSTEGUY, A. (n/d). *Os Estudos Culturais*. Consultado a 18 de janeiro de 2013. Disponível em: [http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos\\_culturais\\_ana.pdf](http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pdf)
- HALL, S. (2003). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG. Tradução de: Adelaine Resende, Ana Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger e Sayonara Amaral.
- HOGGART, R. (1975). *As utilizações da cultura*. 2 volume. Lisboa: Editorial Presença. Tradução de: Maria do Carmo Cary.
- MARTINS, M. L. (2010). *Os Cultural Studies no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho*. Consultado a 20 de setembro de 2013. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25339>
- MATTELART, A. & NEVEU, E. (2006). *Introdução aos Cultural Studies*. Coleção Comunicação. Porto: Porto Editora. Tradução de: Manuel Fidalgo e Manuel Pinto.
- SANCHES, M. R. (1999). *Nas margens: Os Estudos Culturais e o assalto às fronteiras académicas e disciplinares*. *Etnográfica*. 3(1), pp. 193 – 210. Consultado a 18 de abril de 2012. Disponível em [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/N1/Vol\\_iii\\_N1\\_193-210.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N1/Vol_iii_N1_193-210.pdf)
- SLACK, J. (1996). “Theory and method of articulation in cultural studies”, in Morley, David e Chen, Kuan-Hsing (Eds). *Stuart Hall – Critical dialogues in cultural studies*. London: Routledge, pp. 112-127.
- STEELE, T. (1993). *The emergence of Cultural Studies: Cultural politics, adult education and the english question*. London: Lawrence & Wishart Limited.
- STOREY, J. (1996). *Cultural Studies and the study of popular culture – Theories and Methods*. Edinburgh: Edinburgh University Press, Ltd.
- STRATTOM, J. e ANG, I. (1996). “On the impossibility of a global cultural studies”, in Morley, David e Chen, Kuan-Hsing (Eds). *Stuart Hall – Critical dialogues in cultural studies*. London: Routledge, pp. 361-391.